

Sempre que os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA), adeptos do desenvolvimento econômico regional endógeno como um norte para a Economia do estado do Amazonas se reúnem às discussões das questões que tornam grandes os desafios aos processos econômicos que levem ao desenvolvimento regional, têm começado com o que chamam de sofisma do pensar que voga intra muros do Amazonas, principalmente na cidade de Manaus, no qual as ideias daqueles que dominam o poder político, não combinam com os fatos, com a realidade econômica que sustenta essa economia e com o status de mudanças que são constantes no mundo globalizado.

Em tempos em que alguma crise assola a cidade, pois a Zona Franca é de Manaus, sempre em concomitância por buscas de soluções em processos reativos, também fica em busca de causas e de culpados, assim se escrevem artigos, se proferem discursos, apontam o que ficou no passado e, nunca se preocupam em construir um futuro, em se construir estratégias proativas, em se planejar estratégica e economicamente essa estagnada economia amazonense, pois o projeto Zona Franca de Manaus, com as atividades econômicas do Polo Industrial de Manaus é mais um ciclo econômico que o Amazonas vive.

Na História da Amazônia aprendemos que cada um deles tem sua contribuição no processo de desenvolvimento regional.

Ressaltando aqui, que os pesquisadores do CEA consideram o Planejamento Econômico Estratégico apenas um instrumento eficaz de gestão pública, mas para tanto, as hostes administrativas de governo devem conhecer os fatores e condicionantes espaciais que se encontram nas nove sub-regiões que o Amazonas se divide geograficamente, se tendo nos conhecimentos de uma realidade nua e crua das atividades econômicas existentes e das potencialidades que encerram, com o estudo e pesquisa do Perfil Econômico de cada Município por Sub-Região.

Para aqueles desenvolvimentistas regionais do CEA sempre se posicionam que o Amazonas seja possuidor dos maiores mananciais de recursos naturais que podem ser traduzidos por potenciais econômicos, passíveis de aproveitamento dentro da racionalidade econômica produtiva, mas, até essa segunda década do Século XXI, não soube o quê fazer com tamanha riqueza potencial, mesmo as mais ‘estudadas’ e faladas na sociedade.

Para aquele ‘estrangeiro’, o que se passou no final do Ciclo da Borracha foi uma demonstração de um das formas de esperança que caracteriza o comportamento coletivo de uma sociedade e a ausência total de um planejamento estratégico que norteasse a vida pós o débâcle.

O que os especialistas do CEA que já haviam chegado a essa análise, concordam e ampliam mais ainda a constatação, em que toda a riqueza amealhada com as atividades econômicas oriundas daquele ciclo econômico foi delapidadas, restando no Amazonas os monumentos históricos construídos naquela época.

A sociedade amazonense, digo a manauense, acostumada com as benesses que o fausto das atividades econômicas do Ciclo da Borracha lhe proporcionava não se preocuparam com o futuro, mas viveram intensamente aquele presente, nem as elites e nem os governantes, quiseram se comprometer ou não tiveram capacidade de se precaver de um fim já anunciado, com futuro do Amazonas do que poderia advir.

Logo após, seguiu-se um hiato de tempo na estagnação econômica e algumas práticas de extrativismo primário predatório, até o resgate econômico pela implementação do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM).

Mesmo assim, nessa época ainda se pôde constatar que as práticas extrativistas e o comércio destas proporcionaram certo estágio da economia amazonense que movimentaram os negócios locais juntamente com a ganância das riquezas familiares de então, como se nada fosse acabar ou se acomodaram aquelas situações.

Entretanto, mesmo com todo esse novo El Dorado (ZFM), as elites dominantes e a casta política de governantes não foram capazes de antever o futuro e/ou como recomendam os economistas do CEA, não tiveram a capacidade de vislumbrar e projetar um futuro promissor que pudesse ser transformado na realidade na qual se vive atualmente.

Quando se trata da Ciência da Economia nada dura para sempre e nem no longo prazo, pois todos os fatores que influenciam economicamente as atividades humanas estão sempre em mudanças, ora favoráveis, ora desfavoráveis alterando todos os fluxos daqueles fatores e, como preconizam os especialistas do CEA, se sabe que o futuro desse modelo ZFM carece de alterações para não se ter seu momento desfavorável anunciado.

Nesses últimos 50 anos do modelo ZFM, quando determinados governantes 'acordaram' ou tiveram vislumbres passageiros que deveriam tentar algum programa, projeto ou ações que, ao menos estruturasse a economia regional ou algumas atividades econômicas mais relevantes, o fizeram sem os lastros dos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas de forma atabalhoadamente, pois esqueceram do principal em quaisquer forma de gestão, o Planejamento Estratégico, que no caso do Amazonas, o mais premente é o Econômico.

Assim, as discussões levam às questões da sustentabilidade econômica do modelo ZFM, mesmo que após 50 anos não se tenha desenvolvido em nenhum aspecto de aderência à economia regional endógena.

Por outro lado, há de se viabilizar outros projetos de desenvolvimento econômico regional que explore as riquezas desse manancial de recursos naturais que nos cerca, dentro da racionalidade econômica, por deliberação de um Planejamento Estratégico Econômico, que além das questões econômicas se detenha sobre a sustentabilidade ambiental.

As ações estruturantes ou pontuais em determinado fator poderão não trazer os resultados almejados e atrasar mais ainda os processo de desenvolvimento econômico regional, sem que haja um reordenamento das atividades econômicas nos espaços territoriais em cada município do Amazonas.

A sociedade está alheia ao que acontece com as contribuições das atividades dinâmicas do Polo Industrial de Manaus (PIM), transferidos para os Fundos Constitucionais do Estado, FMPES, FTI e UEA, pois não se dão a conhecer dos programas e projetos voltados para desenvolvimento regional endógeno, que para os pesquisadores do CEA somente se dará através de conhecimentos técnico científico e de pesquisa operacional da questão econômica.

Nesses tempos de resultados ainda positivos do projeto ZFM (PIM), já se passaram duas gerações, em termos econômicos e se nada for feito no sentido da abordagem já citada, já entraremos na terceira geração sem que se atenham ao comprometimento com o futuro promissor para a sociedade amazonense.

De outra forma, se fala muito na utilização desses recursos naturais, sustentáveis etc, mas não se arquiteta e nem se projeta o quê e como fazer? Por que fazer? Quais os meios para se fazer? E quais os fins a serem alcançados? Ou seja, há de se delimitar caminhos e metas e aonde se quer chegar ou almejar no futuro.

Alguns especialistas entendem que um dos caminhos sejam os conhecimentos científicos, tecnológicos e inovativos que envolvam a BIOTECNOLOGIA.

Sabe-se que são consumidos bilhões de dólares em estudos, pesquisas que possibilitem novos conhecimentos e informações que levem aos reinos naturais, viabilizando-os aos aproveitamentos econômicos a serviço do

Homem, tanto que enormes quantidades de informações genéticas sobre flora e fauna, e informações técnicas sobre minerais e acidentes geográficos, e da própria espécie humana que armazenados em bancos de dados específicos possam ser utilizados como primeiro recurso econômico primário bruto do século XXI.

As questões vão além de não serem simples e sempre esbaram no fator sustentabilidade econômica, vejam que já se estabelece um confronto em função de que os recursos tecnológicos necessários para incrementar e implementar projetos desse novo segmento econômico e, encontra-se em grupos empresariais do hemisfério norte, porém grande parte dos recursos naturais essenciais para sustentar plantas dessa nova revolução somente existe nos ecossistemas tropicais do hemisfério sul, notadamente na Amazônia.

Em breve teremos verdadeiros conflitos em que aqueles players dominantes e os governos de países do hemisfério sul, o Brasil na cabeça e a Amazônia como centro disso tudo. Esta será a maior batalha por domínios econômicos e políticos já na segunda metade do Século XXI em diante.

Portanto, o que se projeta para o futuro na disputa da moderna da biotecnologia é a importância econômica dos biomas do Brasil, principalmente da Amazônia e sua diversidade ambiental ainda nada explorada e muito por se conhecer.

Esse é o futuro da bioindústria que aguarda o Amazonas na vanguarda, se houver o comprometimento dos governantes, dos políticos e das autoridades do conhecimento científico institucionais com o futuro promissor que tanto a sociedade amazonense almeja.

Para os economistas do CEA, é possível acreditar que seja possível esse futuro, como meta do comprometimento e responsabilidade dos gestores públicos para o futuro do Amazonas.

Portanto, está em nossas mãos esse futuro, outubro está à porta.

() Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:
nilsonpimentel@uol.com.br.*